

Universidades Lusíada

Dias, Mário Caldeira, 1951-

Jacques Delors e Mário Draghi

<http://hdl.handle.net/11067/7798>

<https://doi.org/10.34628/RNQ3-VT84>

Metadados

Data de Publicação

2024

Resumo

O objectivo deste artigo é o de discutir o Relatório Draghi - O Futuro da Competitividade Europeia – numa altura de importantes desafios no contexto de mudanças significativas nas relações entre países e poderes políticos e económicos. O Relatório Draghi traz à memória o Relatório Delors de 1989 elaborado numa época de grandes transformações na Comunidade Europeia e de decisões críticas sobre o seu futuro. Existem diferenças entre os dois relatórios, mas também semelhanças o que significa tamb...

The purpose of this article is to discuss the Draghi Report – The Future of European Competitiveness – in a moment of important challenges to the European Union in the context of international changes in the relations between countries and political and economic powers. The Draghi Report implies a reference to Delors Report (1989) in a moment of critical decisions to the future of European Community. The two Reports have significant differences but also remarkable similarities what could ...

Editor

Universidade Lusíada Editora

Palavras Chave

Delors, Jacques, 1925-2023 - Crítica e interpretação, Draghi, Mário, 1947- - Crítica e interpretação, Desenvolvimento económico - Países da União Europeia, Países da União Europeia - Política e governo

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-FCEE] LEE, n. 36-37 (2024)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-09T23:27:43Z com informação proveniente do Repositório

JACQUES DELORS E MARIO DRAGHI

JACQUES DELORS AND MARIO DRAGHI

Mário Caldeira Dias

Ex-Director da Faculdade de Ciências da Economia e da Empresa
da Universidade Lusíada de Lisboa
mcdias@lis.ulusiada.pt
Orcid: 0000-0001-9110-3774

DOI: <https://doi.org/10.34628/RNQ3-VT84>

Data de submissão / Submission date: 04/12/2024

Data de aprovação / Acceptance date: 10/01/2025

Resumo: O objectivo deste artigo é o de discutir o Relatório Draghi - O Futuro da Competitividade Europeia - numa altura de importantes desafios no contexto de mudanças significativas nas relações entre países e poderes políticos e económicos.

O Relatório Draghi traz à memória o Relatório Delors de 1989 elaborado numa época de grandes transformações na Comunidade Europeia e de decisões críticas sobre o seu futuro.

Existem diferenças entre os dois relatórios, mas também semelhanças o que significa também que alguns problemas fundamentais persistem.

Palavras-chave: Delors; Draghi; Semelhanças; Instituições.

Abstract: The purpose of this article is to discuss the Draghi Report - The Future of European Competitiveness - in a moment of important challenges to the European Union in the context of international changes in the relations between countries and political and economic powers.

The Draghi Report implies a reference to Delors Report (1989) in a moment of critical decisions to the future of European Community.

The two Reports have significant differences but also remarkable similarities what could mean that fundamental problems can remain unsolved.

Keywords: Delors; Draghi; Similarities; Institutions.

Apesar da evolução das organizações depender essencialmente do papel das instituições e das dinâmicas sociais e políticas, não é menos verdade que algumas personalidades, em determinados contextos históricos, assumiram e assumem uma relevância decisiva na explicação de alterações relevantes nas sociedades e no caso vertente, na União Europeia.

Jacques Delors, Presidente da Comissão Europeia, entre 1985 e 1995, o Senhor Europa, está na base de um conjunto de propostas e realizações, que se completam mutuamente, no período dos seus dois mandatos.

Alguns exemplos mais notórios:

- Acto Único Europeu de 1986 que incluiu uma revisão dos Tratados e uma reforma das instituições, em particular do Parlamento Europeu, da Comissão e do Conselho.

Institucionalizou o Mercado Único a realizar até 1 de Janeiro de 1993 consagrando as 4 liberdades de circulação – capitais, pessoas, bens e serviços num espaço sem fronteiras.

Visava também o reforço da integração europeia tal como constaria do Tratado de Maastricht ou Tratado da União Europeia.

- A reforma dos Fundos Estruturais (FE) que a partir de 1988 passaram a subordinar-se a 5 objectivos pré-definidos. O concurso aos FE, por parte de Portugal, canalizava-se essencialmente através do Objectivo nº 1 respeitante ao desenvolvimento das regiões mais atrasadas (com um PIB per capita inferior a 75% da média comunitária).

No geral, os FE visavam as pessoas, a economia e as regiões sendo os seus apoios financeiros tratados como excepções à política de concorrência que constitui um pilar fundamental na existência do Mercado Único.

Existiu, ainda, a perspectiva da duplicação dos fundos em cada período de programação.

Devido aos alargamentos a outros países da União Europeia, mantiveram-se, para Portugal, aproximadamente nos seus valores globais (20 a 25 mil milhões euros ultrapassados para quase o dobro na época da bazuca europeia) ao mesmo tempo que se alargaram os períodos de programação de 4 para 7 anos.

Os 5 objectivos viriam a evoluir para duas vertentes estratégicas mais importantes – a convergência para os menos desenvolvidos e a competitividade para todos.

- A institucionalização do Tratado de Maastricht que delimitou os critérios de Maastricht que haveria que respeitar no caminho para a moeda única até ao final de 1999 e em 4 fases começadas já em 1990.

Nesses critérios salientamos os dos limites para o défice orçamental e para a dívida pública em relação ao PIB (3% para o défice e 60% para a dívida pública) Quanto à inflação, foi sujeita a um critério de benchmarking. Não poderia desviar-se mais de 1,5% da média das 3 melhores.

- A elaboração do Relatório Delors (1989), que viria a ser publicado em português em 1994, com o título – Crescimento, Competitividade e Emprego: Os Desafios e as Pistas para Entrar no Sec. XXI.

Incluía como temas mais relevantes:

- Um enquadramento macroeconómico na perspectiva do crescimento.

- Um capítulo dedicado à competitividade não só no seu aspecto global bem como enquanto centrada no aproveitamento do mercado interno

Incluía ainda as redes transeuropeias para garantir a mobilidade de pessoas e bens, a investigação e desenvolvimento tecnológico, a mutação social com base nas novas tecnologias e ainda a sociedade da informação ou do conhecimento. Note-se que a sociedade do conhecimento só existe quando o conhecimento é criador de valor económico acrescentado nomeadamente na produção de bens transaccionáveis em mercados concorrenciais.

- Na parte do emprego, refira-se a adaptação dos sistemas de educação e formação e a transformação do crescimento económico em postos de trabalho porque será de aproximar o investimento e a inovação do bem estar individual e colectivo.

Lembre-se que no final dos anos 80 e princípios dos anos 90 do século passado não estavam ainda amadurecidos os progressos existentes na actualidade como a internet, o comércio electrónico, as redes sociais, as aplicações e muito menos a inteligência artificial.

Mário Draghi é reconhecido, enquanto presidente do BSE como o salvador do Euro enquanto Presidente do BCE. Lembre-se a famosa frase “whatever it takes”, e a sua acção numa certa mutualização da dívida, no Quantitative Easing e na aceitação das garantias colaterais. É certamente um precursor das emissões de dívida conjunta europeia como por exemplo as vacinas COVID e eventualmente para financiamento da defesa externa.

As dívidas públicas dos Estados Membros, individualmente considerados, face à lógica dos mercados financeiros, podem exigir juros insuportáveis que, por sua vez, podem conduzir à bancarrota se faltar o suporte que nos ajudou na crise financeira de 2009 a 2013.

Os “welfare states” europeus tendem a desrespeitar um princípio simples, mas que funciona como uma poderosa condicionante – o somatório dos recursos utilizados deve ser menor ou igual que o somatório dos recursos disponíveis.

A forma de funcionamento das nossas democracias tende a exercer uma forte pressão sobre os orçamentos de Estado. Esgotadas as hipóteses de continuar a aumentar os impostos e as dificuldades de cortar na despesa a solução para conciliar todas as expectativas e ultrapassar a restrição acima referida é aumentar a dívida pública que significa que estamos a utilizar riqueza que ainda não produ-

zimos e a abrir a porta a compromissos que poderemos não ter capacidade para pagar. Acrescente-se o peso negativo que exerce sobre o investimento público, sobre o crescimento e sobre as gerações futuras.

O Relatório Draghi começa por afirmar que os fundamentos da construção europeia estão a ser postos em causa. A era de um rápido crescimento do comércio internacional já passou. As dependências transformaram-se em vulnerabilidades.

A Europa falhou, em grande medida, a revolução conduzida pela Internet e pelos ganhos de produtividade que se distanciaram dos EUA e da China. Das 50 maiores empresas tecnológicas do mundo só 4 são europeias. A necessidade europeia por maiores taxas de crescimento é cada vez maior nomeadamente no que concerne ao financiamento dos investimentos necessários (800 mil milhões de euros).

Também dependem do crescimento valores como a prosperidade, a equidade, a paz, a liberdade e a própria democracia num ambiente sustentável.

Ora, o distanciamento dos EUA e da China envolvem os processos de inovação promotores do aumento da produtividade e da competitividade.

Tendo em conta este enquadramento, definem-se 3 objectivos estratégicos para o futuro da Europa:

- A primeira das áreas consiste em focar os esforços colectivos no desfaseamento da inovação em relação aos EUA e à China e, em particular, nas tecnologias mais avançadas.

Claro que este processo exige a capacitação dos europeus para lidar com estas novas tecnologias, tal como é referido.

- A segunda área consiste num plano de acção para a descarbonização e competitividade.

- A terceira área para a acção consiste num incremento da segurança e na diminuição das dependências.

A terceira área relaciona-se com as consequências da guerra da Ucrânia que tornaram visíveis dependências indesejáveis ao nível da energia e de muitos produtos industriais sensíveis que muitas grandes empresas passaram a produzir na China, para além da própria China.

A dependência dos EUA em matéria de segurança externa transformou-se numa enorme fragilidade face aos contextos actuais e à Rússia, em particular.

A segunda área tem características de um “trade-off” em muitos aspectos a não ser que se encontrem complementaridades que se reforcem mutuamente, ou seja, transformar a descarbonização, essencial à sobrevivência do planeta, em fonte de crescimento e de emprego na criação de tecnologias limpas e sustentáveis tal como as energias limpas, turbinas e eletrolisadores e combustíveis de baixo teor poluidor.

Inclui-se nesta problemática economia circular herdeira do conceito de reciclagem ou dos 3 R – recolher, reciclar e reutilizar – cuja expansão é desejável e inevitável.

No entanto, o objectivo fundamental para que tudo o resto seja possível reside na primeira área de acção. Claro que não é suficiente, mas representa uma condição “sine qua non”.

A primeira área pressupõe a aceleração da inovação tecnológica e científica com vista à sua concretização e comercialização enquanto forma de aumentar a produtividade e o produto.

A competitividade tem como fundamento o aumento da produtividade (competitividade pelo preço) mas também as dimensões qualitativas da competitividade.

A melhoria do bem-estar só é possível a partir da melhoria da produtividade e do crescimento económico. Ora, é verdade que, sobretudo nas economias mais desenvolvidas da Europa, fica demonstrado, ao longo dos diversos ciclos económicos, que as taxas de crescimento são cada vez menores, o que Paul Krugman designa por recessão do crescimento económico. Tal é compatível com as deduções do modelo neoclássico de Solow que descreve o caminho para o estado estacionário (quando o rendimento e o capital per capita permanecem constantes e quando o investimento necessário para novos trabalhadores e para substituir o equipamento é igual à poupança) causado pelo não dinamismo dos avanços tecnológicos. A teoria neoclássica do crescimento explica o produto como uma função dos factores de produção nomeadamente o capital e o trabalho. Burda e Wyplosz identificam 3 fontes do crescimento económico: a) O aumento da população em idade activa, b) A acumulação de capital, c) O progresso tecnológico (que constitui a alavanca para o aumento do produto no caminho para estado estacionário). Claro que a taxa de poupança é uma condição importante sendo verificável que os países com maiores taxas de poupança e tecnologias mais produtivas obterão um PIB per capita superior. Resulta do modelo de Solow a hipótese da convergência segundo a qual os países mais distantes do estado estacionário terão um crescimento mais rápido convergindo com os países com PIB per capita mais elevados. Ora, os países da União Europeia possuem PIB per capita bastante diversos. Não é, por acaso, que a palavra convergência (nominal e real) é tantas vezes referida em documentos da EU.

Aiás, os chamados “tigres asiáticos” prosseguiram estratégias” com os seguintes elementos: elevados níveis de poupança e investimento, elevados níveis de qualificação, salários compatíveis com a produtividade e acento tónico na exportação de bens transaccionáveis competitivos.

Claro que é mais fácil descrever do que fazer, sobretudo em países como os da Europa.

O Relatório Draghi refere de uma forma sintética a necessidade de melhorar a capacidade dos europeus para lidar com as novas tecnologias mais avançadas.

É óbvio que se a dimensão qualitativa do investimento reside na evolução da tecnologia incorporada, a dimensão qualitativa dos recursos humanos reside na evolução das suas qualificações.

Estas duas dimensões qualitativas têm de evoluir de forma coerente e interactiva.

Contudo, para Stiglitz, o factor dinâmico do aumento da produtividade de-

pende do processo de aprendizagem de modo a produzir mais e melhor com os mesmos recursos em direcção à curva das possibilidades de produção. Claro que é um processo de raiz individual que se estende ao colectivo das empresas e a outras empresas- A educação de qualidade (e a formação) são importantes na alavancagem deste processo de onde resulta a inovação e o aumento da referida produtividade enquanto fonte básica da melhoria da produtividade e competitividade e do bem-estar colectivo.

A questão da imigração não tem destaque no Relatório o que será contrário ao facto incontornável que ela representa com implicações de toda a ordem.

Se a imigração intensa e ilegal choca com equilíbrios sociais fundamentais nada impede que, face ao inverno demográfico europeu, a imigração seja regulada e compatibilizada com o crescimento económico e com as suas exigências em termos quantitativos e qualitativos.

Por último refira-se que existem obstáculos significativos à consecução dos objectivos estratégicos. Salientam-se dois deles:

- O investimento subjacente às propostas do Relatório Draghi exigirá a participação da Comissão Europeia, da criação de dívida conjunta, dos Estados Membros e do sector privado.

- O processo de tomada de decisão é demorado e condicionado, nomeadamente no que respeita à regra da unanimidade. Contudo, a EU representa uma cedência de soberania em nome de um projecto comum e embora o processo possa ser melhorado, não nos podemos esquecer da sua especificidade na medida em que se trata de um conjunto de Estados soberanos.

À guisa de conclusão poder-se-á afirmar que o Relatório Draghi identifica adequadamente os grandes desafios da UE mas também é possível que alguns problemas fundamentais para o futuro da UE estejam à décadas à espera de um forte impulso na sua solução apesar do enorme contributo de Jacques Delors em muitas áreas.

Será desta?

Bibliografia

- Dornbusch, R.; Fisher, S.; Startz, R. (2003) – *Macroeconomia* - Ed. McGraw-Hill (8ª).
 Burda, M.; Wyplosz, C. (2011) – *Macroeconomia* – Uma Visão Europeia Ed- Oxford University Press (5ª).
 Krugman, P. (2009) – *O Regresso da Economia da Depressão* – A Crise Actual Ed. Presença.
 Siglitz, J.E.; Greenwald, B.C. (2017) – *Por uma Sociedade de Aprendizagem* - Bertrand Editora.
 Comissão Europeia (1994 – Ed. em português) - *Livro Branco sobre Crescimento, Competitividade e Emprego: Os Desafios e as Pistas para Entrar no Sec. XXI*.
 Relatório Draghi – Pesquisa no Google.
 Textos do autor Mário Caldeira Dias